

“FAZENDO DESATINOS E PROPALANDO IDEIAS SUBVERSIVAS A ORDEM PÚBLICA”: OS MARIMBONDOS CONTRÁRIOS A “LEI DO CATIVEIRO” EM ALAGOAS (1851-1852)

DANILO LUIZ MARQUES*

Resumo: Os estudos sobre o Brasil do século XIX vêm demonstrando que “o ‘povo’ se levantou em boa parte do Império”, sendo que as populações africanas e seus descendentes na diáspora tiveram protagonismos em quase todos os episódios “sediciosos” que ocorreram neste período, muitos dos quais ainda não tiveram uma maior atenção por parte dos historiadores. Um deles, é o movimento contrário a “lei do cativo”, ocorrido entre 1851 e 1852 em algumas províncias nordestinas, que causou um abalo nas autoridades do Império do Brasil. Após os negros papa-méis, em Alagoas e Pernambuco, estourou o “Ronco da Abelha”, episódio que ficou mais conhecido como revolta ou guerra dos “marimbondos”. O objetivo deste artigo é analisar a maneira como as autoridades alagoanas receberam e agiram perante o caos que se instalou na província entre fins de 1851 e início de 1852. A documentação utilizada concentra-se em algumas notícias do periódico *Diário de Pernambuco* referente a Alagoas, e nas falas de autoridades presentes nos relatórios provinciais entre 1850-1855, principalmente a de José Bento da Cunha e Figueiredo, dirigida a Assembleia Legislativa da Província de Alagoas, em abril de 1852.

Palavras-chaves: Escravidão. Revolta. Alagoas.

“Making mischief and spreading subversive ideas to public order”: the marimbo against the “Law of the Captivity” in Alagoas (1851-1852)

Abstract: Studies of nineteenth-century Brazil have shown that “the ‘people’ rose in most of the Empire,” with African populations and their descendants in the Diaspora playing a leading role in almost all the “seditious” episodes that occurred in this period, many of whom have not yet received much attention from historians. One of them is the movement contrary to the “law of captivity”, which occurred between 1851 and 1852 in some northeastern provinces, which caused a shock to the authorities of the Brazilian Empire. After the “black honey-eaters”, in Alagoas and Pernambuco, burst the “Snarl of the Bee”, episode that was better known as revolt or war of the “mounds.” The purpose of this article is to analyze how the Alagoas authorities received and acted in the face of the chaos that settled in the province between the end of 1851 and the beginning of 1852. The documentation used is focused on some news from the newspaper *Diário de Pernambuco* referring to Alagoas, and in the speeches of authorities present in the provincial reports between 1850-1855, especially the speech of José Bento da Cunha and Figueiredo addressed to the Legislative Assembly of the Province of Alagoas in April 1852.

Keywords: Slavery. Revolt. Alagoas.

Em 1 de janeiro de 1852, ao entrar em vigor os decretos de números 797 e 798 de 18 de junho de 1851, o governo imperial já presenciava uma onda de motins que

* Doutorando em História na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e professor da rede pública estadual de São Paulo. E-mail: danilohis.al@hotmail.com

tomava boa parte das províncias nordestinas em fins de 1851. Os decretos que ordenavam a realização do *Registro de nascimento e óbito* (797) e o *Censo geral do Império* (798), constituíam um pacote de iniciativas do governo que visava reunir dados copiosos e “confiáveis” acerca da população do país (Chalhoub, 2012: 13). Entretanto, foram interpretados por boa parte da população livre pobre e liberta como medidas de escravização e reescravização. Em vez dos decretos sendo cumpridos, o que se viu, entre fins de 1851 e início de 1852, foram vários motins, um verdadeiro *pandemônio*, uma *calamidade* (Chalhoub, 2012: 14), pois, os contrários aos decretos estavam agindo de forma deliberada para obstar a entrada em vigor dos tais registros (Chalhoub, 2012: 14). Atuaram de acordo com normas de inserção social que, aparentemente, haviam passado despercebidas para os representantes do Estado, o que revela a auto percepção coletiva de um segmento que estava integrado na ordem social do escravismo oitocentista (Palacios e Olivares, 1996).

As leis que desencadearam os motins indicavam que cada distrito de Juiz de Paz teria um livro para o registro dos nascimentos e outro para o de óbitos. Os sacramentos – aos nascidos e falecidos – só poderiam se realizar mediante a apresentação dos registros (Saavedra, 2015). Os amotinados acreditavam que havia uma “ligação entre o fim do tráfico atlântico de escravos, obtido recentemente por meio da aplicação da lei de setembro de 1850, e o regulamento do registro civil” (Chalhoub, 2012: 20). A “lei do cativo”, como ficou popularmente conhecida a *lei do registro civil*, significou para uma grande massa da população que habitava as zonas rurais do nordeste brasileiro, dentre outras, a possibilidade de ser colocada em regime de escravização. O “medo de ser reduzido ao cativo se lhe afigurava como um sentimento popular autêntico, não instalado na ‘gente de cor’ como algo exógeno” (Chalhoub, 2012: 24). Desta forma, os motins se constituíram como um movimento “sem líderes que uniu agricultores pobres autônomos, agregados, jornaleiros, brancos ao lado de negros, mulheres ao lado de homens” (Oliveira, 2006).

Os nomes “Revolta dos Maribondos” ou o “Ronco da Abelha”, se devem aos barulhos semelhantes ao de um enxame de marimbondos ou abelhas que anunciavam a aproximação da multidão, “que marchava a rasgar os editais das leis afixados nas portas das igrejas e a invadir fazendas e delegacias exigindo a suspensão das medidas” (Saavedra, 2009). Os motins contra a “lei do cativo” é um acontecimento singular, e

estudá-lo contribui para uma melhor compreensão da conjuntura política do Império do Brasil na década de 1850 e as experiências de vida daquela “gente das matas”, que continuava habitando a Província de Alagoas após os acontecimentos da Guerra dos Cabanos.

Neste panorama, os motins serviram de pretexto para unir as elites locais. Tanto os liberais, como os conservadores, concordaram com grande alvoroço, que libertos, livres pobres e agricultores autônomos, eram um inimigo de classe em comum, “digno de servir como patamar para consolidar a pacificação dos grupos dirigentes da sociedade agrária, e capaz de mostrar a necessidade histórica da conciliação dos detentores do poder” (Palacios e Olivares, 2006). Guillermo Palacios, entendeu o movimento como:

Um levante de homens livres e pobres, camponeses – ou agricultores de subsistências, se se quer – na sua maioria, inconformados e alarmados com a promulgação, em 1851, do *Regulamento do Registro de Nascimento e Óbitos* no Império e, em menor grau, da *Lei do Censo*. O *Registro* foi rapidamente apelidado de ‘Lei do Cativo’, pela crença popular de que, coincidindo com as leis que determinavam o fim da importação de mão-de-obra africana escrava, destinava-se na verdade a recuperar para o escravismo uma ampla camada da população que não tinha, até então, sido objeto da atenção por parte do Estado ou dos proprietários das *plantations* açucareiras da zona da mata nordestina: os homens e as mulheres livres e pobres, entre as quais predominavam os agricultores não escravos (Palacios e Olivares, 2006).

Dentro desta conjuntura, cabe compreender a “racialização das disputas em torno dos significados da cidadania” (Mattos, 2006). Maria Luiza Ferreira de Oliveira, estudando tal temática, aponta a necessidade de escapar das interpretações de que a “massa pobre” envolvida em revoltas populares seria apenas “massa de manobra” de certas camadas sociais abastadas e envolvidas em disputas políticas (Oliveira, 2006). Assim, enfatiza a importância de se atentar aos protagonismos exercidos pelas camadas populares, neste caso, por livres pobres e libertos que se sentiram ameaçados pela escravização ou reescravização. Haja vista, que a revolta se avolumou pelo fato de correr solto o “boato” do “iminente cativo dos homens livres e pobres em geral, e já não somente ‘homens de cor’” (Palacios e Olivares, 2006).

A maioria das pesquisas sobre o tema, apontam que o movimento teria se inici-

ado no município de Pau D'Alho, Pernambuco, posteriormente, ultrapassaria “as fronteiras seja da produção de cana-de-açúcar, seja das áreas de subsistência do Agreste” (Mattos, 2006), se espalhando por Paraíba, Alagoas, Sergipe, Ceará e Minas Gerais (Bezerra e Lucena, 2012). Todavia, a primeira vez que se tem registro de uma manifestação contrária a tais medidas do Estado Imperial é datada de 26 de outubro de 1851, na localidade do Mundaú-Mirim¹, Alagoas, onde cerca de cinquenta homens armados opuseram-se aos decretos, sendo a primeira vez que apareceria a “grosseira ideia de cativeiro” (Oliveira, 2010). Segundo foi noticiado pelo *Diário de Pernambuco*, deste distúrbio, “resultaram dez mortes e o ferimento de onze pessoas”². Para a região, visando acalmar os ânimos da população amotinada, foi enviado para lá o missionário Frei Henrique, e instaurou-se processos contra quatro “cabeças” e sete “comprometidos”, sendo que todos viriam a ser absolvidos pelo júri no mês de março de 1852.

Em termos gerais, durante os últimos meses de 1851 e o início de 1852, foram atacados engenhos e prédios públicos, botando em fugas autoridades e senhores de engenhos (Maia, 2008), sendo muitas as propriedades invadidas, forçando senhores de engenho a se refugiarem com seus familiares nas matas (Oliveira, 2010). Em Camaragibe, o presidente da Província de Alagoas na época, José Bento da Cunha e Figueiredo, relatou que muitos habitantes abandonaram suas casas, “porque contavam a cada momento com uma invasão de bandidos do centro das matas de Angelim e Cocal, e mesmo da plebe do lugar, que se mostrava sumamente altanada”³. Grupos armados com homens e mulheres invadiam igrejas nos horários de missas e intimavam os padres para impedir a leitura da *lei do registro civil*. Alguns escrivães e juizes de paz (responsáveis pela implementação dos decretos) foram ameaçados e sofreram perseguição e agressão. Além disto, autoridades policiais foram desarmadas e trancafiadas em cadeias. Os revoltosos vigiaram os emissários e as correspondências que tinham como endereços os municípios, com o objetivo de arrebatá-los antes que chegassem ao destino final. Queriam, assim, coibir que os decretos fossem divulgados e que os escrivães dos juizes de paz emitissem as certidões.

¹ Atual município de Santana do Mundaú, que na época integrava o território do Termo de Imperatriz, hoje União dos Palmares.

² *Diário de Pernambuco*, 24/11/1851.

³ *Falla dirigida á Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas, na abertura da primeira sessão ordinaria da nona legislatura, pelo exm. presidente da mesma provincia, o conselheiro José Bento da Cunha e Figueiredo em 26 de abril de 1852*. Maceió, Typ. Constitucional, 1852, p. 7.

A refrega durou semanas, numa espécie de combate itinerante, de uma Comarca a outra, de uma província a outra, rebeldia em movimento. Descentralizada, massa rebelde sem liderança aparente, porém determinada a fazer o que houvesse para impedir os registros obrigatórios de nascimento e óbito (Chalhoub, 2012: 15).

As autoridades entendiam como “falsa e deplorável” a ideia propagada de “lei do cativoiro”⁴, assim, mobilizaram “tropas policiais, batalhões de infantaria e artilharias de destacamentos da Guarda Nacional” (Chalhoub, 2012: 15). Missionários capuchinhos foram ao encontro das camadas rebeldes para pregarem, rezarem e conversarem, visando conter a agitação que havia se espalhado pelas províncias nordestinas. Doravante, as autoridades locais se queixavam da dificuldade de encontrar os líderes do movimento, que era visto como uma “sedição de quase todo o povo” (Oliveira, 2011). Renata Saavedra, entendeu os motins contra a *lei do registro civil* e o *censo geral* do Império “como uma manifestação política que evidencia elos de pertencimento dissonantes do projeto político hegemônico da ordem imperial do contexto, matizando a representação de estabilidade política do período” (Saavedra, 2015).

Ao término de janeiro de 1852, contava-se uma dúzia de mortos em Pernambuco, Paraíba e Alagoas, incluindo autoridades e militares, e era difícil saber se as vítimas estavam ligadas aos motins contra os decretos, ou eram acertos de contas pessoais e outros crimes ocorridos em decorrência do “colapso do aparato repressivo local” (Chalhoub, 2012: 15), já que muitos subdelegados e juizes de paz se debandaram na eclosão da revolta protagonizada pelos lavradores pobres. Evidenciou-se, assim, uma situação de temor e pânico que tomou conta de uma parcela das províncias nordestinas do Império do Brasil. Em Pernambuco, onde ainda se respirava os ares da Praieira, e na Paraíba, onde a tônica das revoltas foram maiores, os governos locais optaram pela estratégia da “negociação” para conter os motins. As autoridades provinciais se demonstraram temerosas e frágeis perante os acontecimentos contra a “lei do cativoiro” (Oliveira, 2010). Até porque não havia contingente suficiente de tropas de linha para serem enviadas as localidades onde estouraram os motins, haja vista que na região da divisa entre Pernambuco e Alagoas, ainda existiam destacamentos em virtude dos acontecimentos envolvendo os cabanos e Vicente Ferreira de Paula⁵, e os praieiros

⁴ *Diário de Pernambuco*, 08/01/1852.

⁵ Arquitetou e executou um plano de fuga da colônia penal de Fernando de Noronha com mais de no-

e Pedro Ivo.

Os decretos 797 e 798, inseridos nos esforços do governo imperial em estabelecer procedimentos de medição da população, de padronização de medidas, de cadastramento de terras, cujo o objetivo que era conhecer e quantificar a nação e seus elementos, foram reiteradamente ineficazes, e os acontecimentos de 1851-1852 são uma prova disto. Um histórico de forte descontentamento com esforços centralizados por parte da Corte e de frequentes mobilizações (nos diversos níveis sociais) reforçou uma cultura política reivindicativa que se fez presente no contexto da década de 1850, em que o processo de “expansão para dentro” do Império estava em seu auge (Saavedra, 2015).

Muitos historiadores já estudaram a “Revolta dos Marimbondos” dando maior ênfase ao que ocorreu em Pernambuco, alguns mencionaram o episódio em outras províncias nordestinas, Sidney Chalhoub, iniciou seu livro *A Força da escravidão* relacionando os ocorridos em janeiro de 1852 na Paraíba, Pernambuco e Alagoas. O intuito aqui é explorar e adentrar com mais detalhes na maneira como as autoridades alagoanas receberam e agiram perante o caos que se instalou na província entre fins de 1851 e início de 1852, numa região que até pouco tempo estava aterrorizada pelos cabanos: a “terrível falange dos papa-méis”. A documentação utilizada concentra-se em algumas notícias do periódico *Diário de Pernambuco* referente a Alagoas, e nas falas de autoridades presentes nos relatórios provinciais entre 1850-1855, principalmente a fala de José Bento da Cunha e Figueiredo dirigida a Assembleia Legislativa da Província de Alagoas, em abril de 1852.

A região fronteira entre Alagoas e Pernambuco, onde estavam as “matas cabanas”, ainda era alvo de muita preocupação pelas autoridades imperiais e senhores de engenho das duas provinciais. Pode-se constatar, tal preocupação, dentre outras, numa carta do então Presidente de Pernambuco Honório Hermeto de Carneiro Leão, em 1850, onde expõe ser muito conveniente que no centro das matas se estabelecessem “colônias militares que fossem regidas com quanto o estado de barbaridade o exigisse, em conformidade de regulamentos especiais apropriados a esse estado”⁶.

venta sentenciados em 1853. Desembarcou em São Miguel, Alagoas, e voltou as matas com os rebeldes.

⁶ ANRJ, IJ824, 18/05/1850, de Honório Hermeto de Carneiro Leão (Oliveira, 2010).

Apontava, assim, a região do Riacho do Mato em Pernambuco, como a principal localidade a ser ocupada pelos aquartelamentos, e de onde deveriam sair estradas em direção a vila da Imperatriz, Jacuípe, Porto Calvo, Agua Preta, Una e Barreiros. Em 1851, Visconde de Mont’Alegre, ministro e secretário dos Negócios do Império, em um *Relatório apresentado à assembleia geral legislativa*, pontuou:

A facilidade com que os facinorosos, quer na Província das Alagoas, quer na de Pernambuco se subtraíam à ação da justiça, embrenhando-se nas matas que cobrem uma grande parte do território de ambas, determinaram o Governo a mandar fundar naquelas matas duas Colônias Militares, uma no território da Província de Alagoas, outra no de Pernambuco, mandando que ambas se regessem pelo Regulamento N° 720 de 9 de novembro próximo passado. A das Alagoas com a denominação de – Colônia Militar Leopoldina – está efetivamente fundada à margem direita do rio Jacuípe no sitio fronteiro ao Riacho do Mato; construíram-se nela suficientes quarteis e algumas casas, formando uma povoação provisória até que se possam construir edifícios permanentes; estão nomeados e já em exercício seus empregados, a exceção somente do cirurgião, está limpo o terreno compreendido na légua quadrada para ela demarcada; empregaram-se todas as diligencias para inteirar o número das 15 praças (...) que a devem compor, o pendem das aprovação do Governo as Instruções para seu regimento interno e econômico⁷.

A instalação de colônias militares em boa parte do território brasileiro, que se deu a partir de 1850⁸, fez parte do esforço de dominar regiões marcadas pela existência de conflitos das mais variadas naturezas que envolviam pequenos agricultores, escravizados fugidos, índios e libertos. A fundação dessas colônias militares surgiu como uma nova estratégia, que ao mesmo tempo pudesse “povoar, abrir estradas e deixar tropas em caráter permanente nas localidades onde a tensão social era difícil de conter” (Oliveira, 2011). Autoridades locais, como delegados e juizes de direito, tinham muita dificuldade de controlar focos de revoltas, soma-se a isto, o sentimento de urgência em fazer a administração chegar a todos os locais do Império do Brasil. Com o passar dos anos, muitas dessas colônias militares foram se convertendo em colônias agrícolas, sobretudo aquelas que não faziam fronteiras com pontos estratégicos. Ma-

⁷ *Relatório apresentado à assembleia geral legislativa na terceira sessão da oitava legislatura pelo ministro e secretário dos Negócios do Império visconde de Mont’Alegre*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1851.

⁸ A lei que regulamenta e autoriza a instalação de colônias onde as províncias achassem necessárias é de junho de 1850, sendo que em 1840 já havia uma primeira colônia militar fundada no Pará.

ria Luzia Ferreira de Oliveira, pontuou que a maioria das colônias militares também foram transformadas “em vilas, e depois cidades, tendo sido, assim, embriões de povoamento. O caráter militar ia aos poucos sendo abandonado, e a atividade agrícola tomava frente” (Oliveira, 2011).

Assim, procurando caminhos para se modernizar administrativamente, o Estado Imperial compreendia a importância de controlar a população considerada “perigosa” aos interesses escravistas. Instituíram, deste modo, as colônias militares, e construíram estradas que mesmo não ligando pontos economicamente estratégicos, facilitava o acesso aos locais dominados por escravizados fugidos, homens livres pobres e “índios bravos” (Oliveira, 2011). Era o caso da região de divisa entre Alagoas e Pernambuco, que sempre foi palco de movimentação popular contra-hegemônica, desde Palmares, passando pelos cabanos, e agora com os motins contra a “lei do cativo” (Oliveira, 2011). Forjou-se ali, portanto, uma “cultura da revolta” (Saavedra, 2015). Os homens livres pobres de cor que habitavam as zonas rurais do nordeste brasileiro, na década de 1850, teceram resistências diversas e “refinaram formas de protesto e de organização, multiplicando, em suas práticas cotidianas e estratégias de sobrevivência e representação, os significados da palavra politização” (Saavedra, 2015).

Sobre os motins contrários a “lei do cativo”, Hebe Mattos sinalizou:

Para além de uma base camponesa, a revolta dos marimbondos parece combinar elementos modernos, como noções de direitos e cidadania, que cada vez mais ampliavam sua circulação em função das revoltas liberais, com elementos constitutivos da ordem estamental escravista, especialmente a possibilidade de trânsito entre a escravidão e a liberdade (e vice-versa), configurando situações de legalidade e ilegalidade da condição de escravidão (Mattos, 2006).

Em Alagoas, o movimento contra a “lei do cativo” atingiu as seguintes localidades: Mundaú-Mirim (Santana do Mundaú), Riachão (Junqueiro), Lage do Canhoto (São José da Laje), Imperatriz (União dos Palmares), Camaragibe (Passo de Camaragibe), Jacuípe, Salomé (São Sebastião), São Brás, Penedo, Porto Calvo, Porto de Pedras, Urucu (Joaquim Gomes), Barra Grande (Maragogi) e as matas do Angelim. Para o presidente da província, o movimento havia atingido “apenas lugares do mato” (Saavedra, 2015), localidades onde se concentrava um grande número de escravizados fugidos e

libertos, além dos livres pobres que trabalhavam na agricultura.

O século XIX foi marcado pela “precarização da liberdade”, muitos foram os casos de pessoas livres presas por suspeita de serem escravizadas e que chegaram a ser leiloadas como tais. Variados eram os casos de escravização ilegal e reescravização no Brasil oitocentista, Keila Grinberg possui estudo sobre a temática (Grinberg, 2006), e mostra que existiram, infelizmente, várias histórias como a de Solomon Northup⁹ aqui no Brasil. Sidney Chalhoub, estudando os modos pelos quais a “força da escravidão” tornou precária a experiência de liberdade de negros livres e pobres do Brasil oitocentista, destacou as lógicas sociais e políticas de produção duma forma de interdito à própria representação dessa situação (Chalhoub, 2012: 28). O autor pontuou que a liberdade era uma experiência “arriscada para os negros no Brasil do século XIX, pois tinham as suas vidas pautadas pela escravidão, pela necessidade de lidar amiúde com o perigo de cair nela, ou voltar para ela” (Chalhoub, 2012: 29).

Uma questão que não se pode atenuar no episódio dos “marimbondos”, é o fato de que na conjuntura pós-1850, a questão do homem livre pobre não pode ser desvinculada do escravismo (Oliveira, 2010). Segundo Hebe Matos, os “marimbondos” precisam ser entendidos dentro do contexto das “disputas em torno dos significados da cidadania e dos novos direitos inscritos na constituição de 1824 e não apenas das pressões econômicas sobre as populações camponesas” (Mattos, 2006). Apesar da igualdade de direitos civis entre os cidadãos, reconhecida pela constituição de 1824, “os brasileiros não-brancos continuavam a ter até mesmo o seu direito de ir e vir dramaticamente dependente do reconhecimento costumeiro de sua condição de liberdade” (Mattos, 2006). Estavam sujeitos a todo tipo de arbitrariedade. Caso não pudessem apresentar sua carta de liberdade, estariam automaticamente sob suspeita de serem escravizados fugitivos.

Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, Presidente da Província de Alagoas em 1855, ponderou sobre a promulgação de leis de acesso para o trabalhador livre à terra, dando atenção a questão agrícola, vista por ele como atrasada e “em lastimoso estado”. Ele entendeu que a agricultura necessitava de uma séria atenção, porque estava ligada “a questão da abolição do tráfico, a questão da colonização, a questão da re-

⁹ Autor da autobiografia *12 anos de escravidão*, adaptada ao cinema em 2014. Ver: Northup, 2013.

forma do trabalho, e outros graves assumptos”¹⁰. Pontuou também, que a abolição do tráfico não era mais um problema a se resolver, apesar de ter causado um sobressalto e embaraço aos proprietários de terras que não estavam preparados para ela. A principal consequência disso foi a “falta de braços escravos no campo”. Para suprir essa falta, via a necessidade de braços livres, estrangeiros e nacionais. Apontou, assim, os males que afetavam a questão da agricultura em Alagoas, e a diminuição deles deveria ser operada lentamente, porque, segundo ele, dependia

de grandes recursos; conviria, por tanto, que a nossa Província fosse daqui até lá procurando manter na agricultura os braços que lhe ficaram depois da abolição do tráfico, e que procurasse aumentá-los com o emprego de mais humanidade no tratamento das fabricas, e com outros meios que todos sabem¹¹.

Esses outros “meios que todos sabem” eram as políticas para a imigração da mão-de-obra europeia para região, neste debate, José Antônio Saraiva, inclusive, já havia proposto a imigração europeia para a região de Jacuípe¹². Percebe-se com isto, que as autoridades continuaram discutindo soluções para evitar mais distúrbios na região de divisa entre Alagoas e Pernambuco. As províncias nordestinas estavam em processo de constituição de um “novo sistema de controle social do trabalho que substituísse a escravidão” (Palacios e Olivares, 2006). Entretanto, as autoridades encontraram dificuldades em controlar e submeter a mão de obra livre ao regime de trabalho desejado (Oliveira, 2006). Guillermo Palacios lembrou que a “Revolta dos Marimbon-dos” coincidiu:

com os primórdios do processo de aparelhamento do Estado para enfrentar tarefas tão importantes na construção de uma economia que se adaptasse às mudanças do capitalismo no âmbito mundial como a estruturação de um mercado de trabalho livre. Nesse contexto, o movimento significou um ato notável de resistência por parte dos livres e pobres contra o que aparentemente era uma manobra envol-

¹⁰ *Fala dirigida à assembleia legislativa da província de Alagoas na abertura da sessão ordinária em 19 de março de 1855, por seu presidente Antônio Sá e Albuquerque*. Recife: Typographia de Santos e Companhia, 1855, p. 53.

¹¹ *Fala dirigida à assembleia legislativa da província de Alagoas na abertura da sessão ordinária em 19 de março de 1855, por seu presidente Antônio Sá e Albuquerque*. Recife: Typographia de Santos e Companhia, 1855, p. 53-5.

¹² *Falas dirigidas à assembleia legislativa da província de Alagoas, na abertura da sessão extraordinária em 20 de fevereiro e ordinária em 8 de março de 1854, pelo Presidente José Antônio Saraiva*.

vente do sistema nascente que dava os seus primeiros passos com o registro e contabilidade dos recursos humanos disponíveis para a produção na nova fase (Palacios e Olivares, 2006).

A partir desse momento, homens livres pobres e escravizados seriam progressivamente igualados não mais pela condição jurídico-estamental, mas sim, pela pobreza. Diante de situações como esta, os escravizados, libertos e livres pobres interpretavam o mundo a sua volta, eram sabedores do momento histórico que viviam e agiram contra a hegemonia senhorial (Marques, 2016: 146), tiveram, assim, participação ativa no processo de desestruturação do sistema escravista.

A década de 1850, apresentou uma “conjuntura cada vez mais polarizada entre regiões escravistas e regiões livres, o Império do Brasil empenhou-se claramente na estabilização doméstica do cativo” (Parron, 2009: 248). Procurava-se criar condições internas vantajosas para a instituição da escravidão, discutia-se, deste modo, a necessidade de sua manutenção, sendo entendida não apenas como “uma unanimidade entre os grandes proprietários rurais, mas também passava por ser uma questão de soberania nacional” (Oliveira, 2015). A ideia era garantir a principal fonte de renda da jovem nação brasileira, que estava assentada numa economia agrícola de larga escala. Com a pressão inglesa pela extinção do tráfico, as elites escravocratas de norte a sul do país se uniram nesta questão, pois a entenderam como um dos pilares da sustentação nacional.

Desta maneira, um fato elementar para se compreender a época, é a lei aprovada no dia 4 de setembro de 1850, a Eusébio de Queiroz, que colocava na ilegalidade o tráfico de africanos para escravização em direção ao Brasil. Os livres pobres e libertos indagaram se as medidas implementadas naquele janeiro de 1852 estavam ligadas a lei de 1850. Seria uma das variadas maneiras encontradas pela hegemonia senhorial visando a *manutenção da escravidão* no Brasil? Os que aderiram e protagonizaram os motins entenderam quem sim. E não mostraram apenas suas discordâncias aos decretos, evidenciaram também

um grupo que apesar de terem poucas condições sociais, [...] se reuniram para evitar uma decisão que eles estavam contra, rasgando os decretos colados nas igrejas e nos edifícios públicos como uma maneira de ir contra o Estado que não reparava nas suas necessidades e

seus temores. Também ocorreram ataques a engenhos e assassinatos. Em Alagoas e Sergipe as repressões do Estado foram mais violentas, já em Pernambuco e Paraíba foram mais pacíficas buscando negociações (Bezerra e Lucena, 2012).

Para Sidney Chalhoub, as medidas do governo imperial foram interpretadas como algo que relacionava o fim do tráfico africano com os dois decretos de 1851. Com isto, o *registro de nascimento* foi visto como algo que visava a escravização das gerações futuras, e “o arrolamento do censo tinha o fito de organizar o cativo de pardos livres jovens e adultos” (Chalhoub, 2012: 21). O movimento contrário a “lei do cativo” estava inserido no momento final da lenta transformação do sistema de controle social do trabalho nos sistemas de *plantations*, “transformação que, iniciada no final do século XVIII, acelerou-se brutal e definitivamente a partir da proibição da importação da mão-de-obra africana em 1850” (Palacios e Olivares, 2006).

Uma outra questão chave para se entender a década de 1850 no Brasil é a promulgação da Lei N° 601 de 18 de setembro de 1850, a *Lei de Terras*, que dispôs sobre as terras devolutas do Império, e acerca das que eram possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determinava que, medidas e demarcadas as terras, fossem “cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais”¹³. As colônias estrangeiras teriam que ser autorizadas pelo Governo Imperial. Logo em seu primeiro artigo, a lei proibia “as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra”¹⁴, limitando ainda mais os lavradores pobres de terem acesso as terras.

O “projeto de terras devolutas tratava de duas questões centrais para o Império: o acesso a terrenos rurais e o abastecimento de mão-de-obra” (Parron, 2009: 158). Tâmis Parron, entendeu tal lei como “uma resposta diplomática pró-escravista à segunda fase do abolicionismo britânico” (Parron, 2009: 159). O imperativo máximo da lei de terras, executado com recursos do Império, era “estabelecer núcleos de colonos ao lado das grandes propriedades escravistas” (Parron, 2009: 241-242). A lei, portanto, foi eficaz no que tange a instituição dos critérios que definiam os marcos legais da propriedade privada da terra no Brasil, tinha como objetivo a questão da propriedade

¹³ Lei n° 601, de 18 de setembro de 1850.

¹⁴ Lei n° 601, de 18 de setembro de 1850.

fundiária, dificultando “o acesso fácil à terra, para, mediante a extinção do tráfico negreiro, garantir a mão de obra necessária ao funcionamento das fazendas” (Silva, 2015). A lei de terras¹⁵ vedava, assim, as possibilidades de acesso a terras, restringindo-as a compra e herança, cancelava, desta maneira, o caminho tradicionalmente utilizado pelos pequenos produtores não-proprietários (Palacios e Olivares, 2006). Palacios entendeu o *registro civil* e o *censo geral* como instrumentos paralelos à *Lei de Terras* em relação a força de trabalho:

Se esta pretendia conhecer e reformular a estrutura fundiária do país, legitimando a propriedade considerada legal, e retirando a terra de quem a não possuísse pelas vias tidas como aceitáveis pelo novo sistema jurídico, o *Registro* era sua contrapartida perfeita em termos da condição jurídica dos livres pobres: confirmava a liberdade dos que podiam comprovar essa abençoada condição, e ameaçava com reconduzir a escravidão os infelizes que não contassem com a documentação necessária para fundamentar sua independência pessoal (Palacios e Olivares, 2006).

Nesta conjuntura, o *registro civil* e o *censo geral* significavam contar, descobrir e tornar público o número de livres pobres no território do Império do Brasil, com seus nomes, endereços e situação familiar entregues ao Estado. Sendo que em tal população, existia um grande número de “devedores da lei” e escravizados fugidos (Palacios e Olivares, 2006). Para Maria Luiza Ferreira de Oliveira, os motins contrários ao *registro civil* e o *censo* foram mais incisivos nas zonas rurais pernambucanas, “entre o centro da Zona da Mata e o agreste, e na região fronteira de Alagoas e da Paraíba com Pernambuco, mas atingiu localidades do sertão, do agreste, de Alagoas, assim como da Paraíba” (Oliveira, 2010). Os “marimbondos” conseguiram reunir simpatias, e isso fez com que a repressão ao movimento tornasse extremamente problemática (Mattos, 2006). A ordem de se registrar a cor das pessoas, tornaria os mais desvalidos entre os livres pobres e libertos muito vulneráveis a tentativas de escravização e reescravização. Para Hebe Mattos, a ameaça à liberdade era grave, afinal,

¹⁵ Doravante, é essencial situar que ela não estabelecia um ponto zero na história da apropriação territorial no Brasil, muito menos inaugurou o “cativeiro da terra”, também não iniciou uma tentativa de separar o público do privado, pois já haviam ações nesse sentido.

a condição civil de uma pessoa era legalmente decidida no registro paroquial, ali se encontravam os livros dos “livres” e dos “escravos”. A alcunha de “Lei do Cativo” é neste sentido extremamente significativa e precisa ser entendida no contexto da época. Não pode ser reduzida apenas a uma má apreensão da lei, mas não se trata também de uma apreensão super consciente de seus sentidos modernizantes no sentido de formar um mercado de trabalho livre. Para os revoltosos era realmente essencial que eles fossem ouvidos sobre que instâncias consideravam confiáveis para registrar se seus filhos haviam nascido livres, libertos ou escravos. Reescravizações com base neste tipo de expediente não eram incomuns, mesmo sob a égide do controle paroquial (Mattos, 2006).

Desta maneira, foram muitas as dificuldades enfrentadas pelas autoridades para conter a revolta contra a “lei do cativo”, haja vista que dentro da Guarda Nacional houve uma ampla adesão a ela, além dela ter estourado em vários pontos do nordeste brasileiro, não ficando contida numa única região, como fora o caso da Guerra dos Cabanos. Ao final da primeira semana de janeiro de 1852, a revolta entraria na sua fase mais aguda, “quando começaram a dar-se assaltos a casas grandes de engenhos e propriedades abastadas” (Palacios e Olivares, 2006). Doravante, a resposta das autoridades seria rápida. Em 19 de janeiro de 1852, o *Diário de Pernambuco* noticiou que no dia 23 de dezembro de 1851, já havia sido enviado um arsenal de armas pelo ministério da guerra para as províncias de Alagoas, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba e Pernambuco. Sendo recomendada “maior urgência possível nas remessas de tais artigos”¹⁶.

O Presidente da Província de Alagoas, José Bento da Cunha e Figueiredo, na parte sobre *Tranquilidade Pública*, de sua fala dirigida a Assembleia Legislativa da Província de Alagoas, em abril de 1852, disse que tudo achava-se “em perfeita tranquilidade, resultado necessário do espírito de ordem” que continuava a dominar Alagoas. Entretanto, se referindo aos motins causados pelos contrários a “lei do cativo”, alegou “que entre o bom povo alagoano existe enxertado um tal ou qual germen de anarquia que, não obstante ser mui fraco, não perde ocasião de se desenvolver”¹⁷. Em 14 de outubro de 1851, diz ele ter percebido, sem muito esforço:

¹⁶ *Diário de Pernambuco*, 19/01/1852.

¹⁷ *Falla dirigida á Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas, na abertura da primeira sessão ordinaria da nona legislatura, pelo exm. presidente da mesma provincia, o conselheiro José Bento da Cunha e Figueiredo em 26 de abril de 1852*. Maceió, Typ. Constitucional, 1852, p. 3.

Que alguns inimigos do bem público trabalhavam na obra da desorganização, por meio de uma tática menos nova do que diabólica. Dando-se ao decreto de 18 de junho do ano passado o caráter de Lei do cativoiro adicionaram-lhe os turbulentos algumas ideias perversas, de que vieram a formar um corpo de doutrina mui próprio para exaltar, e mesmo fanatizar a gente ignorante do interior da Província, por onde era espalhada com inviolável sigilo, e sempre banais, cuidavam de gastar a força do Governo¹⁸.

O presidente da província alagoana disse também haver se prevenido em relação a outros motins, entrando em contato com párocos e agentes policiais para que se articulassem no intuito de conter os amotinados e para que a ideia de “lei do cativoiro” não ganhasse força. Entendia que dessa forma, faria “dissuadir o povo das falsas ideias em que o imbuam”, combatendo “a profunda indisposição do povo do interior contra a execução do decreto, e o propósito em que estavam de repeli-lo com mão armada”¹⁹. Havia, portanto, uma preocupação por parte das autoridades, em tentar convencer a população que se encontrava temerosa em relação a ideia de “lei do cativoiro”. Uma preocupação que não era exclusividade de Alagoas, o *Diário de Pernambuco*, chegou a publicar uma circular do diretor do *Censo Provincial* endereçada aos diretores municipais, que, ciente dos “atos violentos” que “homens inexperitos” tem cometido contra as leis nº 797 e 798 de 18 de junho de 1851, rogou que empregassem esforços em esclarecer e mostrar que tais decretos não eram atentatórios aos direitos dos cidadãos, mas pelo contrário concorriam “poderosamente para o progresso civilizatório do país, que todos devem desejar”²⁰.

Nas palavras de José Bento da Cunha e Figueiredo, os motivos para os motins contra os decretos 797 e 798 eram, no início, “um segredo quase impenetrável; as autoridades estavam inteiramente descuidadas, e, todavia, já se contava com um rompimento geral nos primeiros dias de janeiro de 1852”²¹. Para esta autoridade, o véu que cobria o “mistério sedicioso” teve sua ponta levantada em outubro de 1851, quando em Mundaú-Mirim apareceu

¹⁸ *Falla dirigida á Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas, na abertura da primeira sessão ordinaria da nona legislatura, pelo exm. presidente da mesma provincia, o conselheiro José Bento da Cunha e Figueiredo em 26 de abril de 1852.* Maceió, Typ. Constitucional, 1852, p. 4.

¹⁹ *Falla dirigida á Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas, na abertura da primeira sessão ordinaria da nona legislatura, pelo exm. presidente da mesma provincia, o conselheiro José Bento da Cunha e Figueiredo em 26 de abril de 1852.* Maceió, Typ. Constitucional, 1852, p. 4.

²⁰ *Diário de Pernambuco*, 03/01/1852.

²¹ *Diário de Pernambuco*, 03/01/1852.

um troço de 50 homens armados blasfemando contra o decreto, que se dizia havia de ser publicado naquela ocasião. Debalde procurou o respectivo subdelegado apaziguar os ânimos, sendo depois obrigado a pedir auxílio ao delegado da Imperatriz; o qual apresentando-se na povoação da Jussara, cabeça do distrito, no dia 1º de novembro com uma força de cem homens da Guarda Nacional, fora recebido com uma descarga de fuzilaria da força legal, resultando do conflito graves ferimentos, de que se seguiram duas mortes²².

Diante de tal situação, as autoridades enviaram, para a região, o missionário capuchinho, Frei Henrique, do Castelo de São Pedro, com o objetivo “de com a palavra de Evangelho domar as paixões exaltadas com tudo de mandar aproximar para ali um destacamento, que pudesse refrear os que se mostrassem obstinados”²³. José Bento da Cunha e Figueiredo acreditava que tal medida teria um “feliz sucesso”, e esperava não precisar utilizar o emprego da força, caso conseguisse que a tranquilidade fosse reestabelecida. Além disto, temeroso por ameaças que circulavam nas regiões do Arrasto (Capela) e Riachão, o presidente da província de Alagoas em complemento das providencias dadas para o termo da Imperatriz, mandou averiguar os fatos ali ocorridos. Solicitou aos juízes de Direito e Municipal que cumprissem a missão de deixar o termo tranquilo, e instaurando o competente processo contra os “delinquentes”, que por fim terminaram por serem absolvidos. Após estes acontecimentos, José Bento da Cunha e Figueiredo fez a seguinte queixa:

ia-se manifestando mais a tendência sediciosa nos lugares onde a peçonha anárquica tinha sido mais bem inoculada; de modo que, além das participações reservadas que eu recebi de vários pontos da província em resposta aos meus ofícios, já se levantavam contra o decreto queixas mais pronunciadas, todas no mesmo caráter simbólico; e já havia quem considerasse inevitável uma conflagração no interior das três Províncias – Alagoas, Pernambuco e Paraíba – como assoalhavam alguns apóstolos, que se tinha, encarregado da patriótica missão de remir o povo do *cativeiro*²⁴.

²² *Falla dirigida á Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas, na abertura da primeira sessão ordinaria da nona legislatura, pelo exm. presidente da mesma provincia, o conselheiro José Bento da Cunha e Figueiredo em 26 de abril de 1852.* Maceió, Typ. Constitucional, 1852, p. 3-4.

²³ *Falla dirigida á Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas, na abertura da primeira sessão ordinaria da nona legislatura, pelo exm. presidente da mesma provincia, o conselheiro José Bento da Cunha e Figueiredo em 26 de abril de 1852.* Maceió, Typ. Constitucional, 1852, p. 5.

²⁴ *Falla dirigida á Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas, na abertura da primeira sessão ordinaria da nona legislatura, pelo exm. presidente da mesma provincia, o conselheiro José Bento da Cunha e Figueiredo em 26 de abril de 1852.* Maceió, Typ. Constitucional, 1852, p. 5.

Diante desse quadro, José Bento da Cunha e Figueiredo - que alegava estar desde o dia 13 de dezembro de 1851 procurando explicar o sentido do decreto, e facilitar a sua execução, - apresentou três sugestões a Assembleia Legislativa da Província de Alagoas, as quais tinham o intuito de “remover todo e qualquer pretexto, que com visos de plausibilidade pudesse alimentar a causa da má fé”²⁵. A primeira sugestão foi a de que os escrivães dos juízes de paz, logo que lavrado o termo do registro dos nascimentos, apenas remetessem ao vigário uma certidão para habilitar o batismo da criança. A segunda, que a certidão de óbito para o enterramento, tornava-se desnecessária naquela Província, onde não haviam administradores de cemitérios. Por fim, que as certidões de nascimentos e óbitos, de que falava o decreto, deviam ter lugar somente a respeito dos nascidos ou falecidos depois do 1º de janeiro em diante.

Acreditava-se que tais decisões, que foram imediatamente aprovadas pelo Governo Imperial, e “acolhidas e aplaudidas” pelos Párocos, seriam o bastante “para acalmar de uma vez a incandescência popular, se com efeito tivesse ela por causa eficiente os inconvenientes reais do decreto, e não o fermento vicioso da anarquia”²⁶. Entretanto, ao aproximar-se o dia da execução do decreto, José Bento da Cunha e Figueiredo queixou-se que “sintomas sediciosos” voltaram a aparecer em algumas regiões da Província de Alagoas: “no termo da Imperatriz, nas matas do Angelim, nos povoados – Salomé, Porto Calvo, Jacuípe, na Barra Grande, e em outros lugares de menor importância”²⁷. Para enfrentar tal situação, foi enviado para a Vila da Imperatriz o capitão João Francisco Catete com uma força de primeira linha, acompanhado pelo subdelegado da Vila do Norte, Lucio Soares de Albuquerque Eustáquio. A instrução por eles recebida era de conter o “exaltamento popular por todos os meios pacíficos”. Devendo empregar a força somente nos casos extremos”²⁸. A Guarda Nacional foi enviada para

²⁵ *Falla dirigida á Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas, na abertura da primeira sessão ordinaria da nona legislatura, pelo exm. presidente da mesma provincia, o conselheiro José Bento da Cunha e Figueiredo em 26 de abril de 1852.* Maceió, Typ. Constitucional, 1852, p. 6.

²⁶ *Falla dirigida á Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas, na abertura da primeira sessão ordinaria da nona legislatura, pelo exm. presidente da mesma provincia, o conselheiro José Bento da Cunha e Figueiredo em 26 de abril de 1852.* Maceió, Typ. Constitucional, 1852, p. 6.

²⁷ *Falla dirigida á Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas, na abertura da primeira sessão ordinaria da nona legislatura, pelo exm. presidente da mesma provincia, o conselheiro José Bento da Cunha e Figueiredo em 26 de abril de 1852.* Maceió, Typ. Constitucional, 1852, p. 6.

²⁸ *Falla dirigida á Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas, na abertura da primeira sessão ordinaria da nona legislatura, pelo exm. presidente da mesma provincia, o conselheiro José Bento da Cunha e Figueiredo em 26 de abril de 1852.* Maceió, Typ. Constitucional, 1852, p. 7.

Camaragibe, Porto Calvo e Jacuípe, “com o fim de habilitar as autoridades policiais a sufocarem de pronto qualquer movimento de desordem”²⁹. Outra medida tomada foi a de fazer marchar o “comandante de polícia com 50 praças para ficarem destacadas no ponto da Soledade, centro das matas do Angelim, donde pudesse facilmente acudir ao chamamento da polícia dos diversos lugares ameaçados”³⁰. Para a cidade de Penedo, mandou o “prestimoso” capuchinho Frei Henrique do Castelo de São Pedro, a recomendação era “de percorrer todo o sul da província, como o fez com grande vantagem, sob os auspícios do digno Delegado do Penedo Manoel Goes Ribeiro Junior”³¹.

Devidos algumas investigações e informações que circulavam pela província alagoana, José Bento da Cunha e Figueiredo, apontou o nome de Antonio Mendes da Rocha Maia³², como a pessoa responsável em propagandear a ideia do *cativeiro* em relação aos decretos. Ele foi acusado de ser um séquito que andava por Alagoas “fazendo desatinos e propalando ideias subversivas a ordem pública”³³. Em 3 de fevereiro de 1852, ele se juntou a um grupo “de sceleratos (*criminosos*) em número de 16 a 20, na esperança de poder reunir alguns outros grupos, que prometiam achar-se com ele no momento mais favorável”³⁴. O Presidente da Província, que já havia deslocado um destacamento para a região de Santo Antônio Grande, ordenou a prisão de Antonio Mendes, entretanto, ele atacou um engenho de nome Gavião, “onde violentamente tirara de dois portugueses três barris com pólvora e treze clavinotes (*pequenas carabinas*)”³⁵. Após esse episódio, foi ordenado que uma força de 20 praças do 3º batalhão fosse prender os amotinados.

²⁹ *Falla dirigida á Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas, na abertura da primeira sessão ordinaria da nona legislatura, pelo exm. presidente da mesma provincia, o conselheiro José Bento da Cunha e Figueiredo em 26 de abril de 1852.* Maceió, Typ. Constitucional, 1852, p. 7.

³⁰ *Falla dirigida á Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas, na abertura da primeira sessão ordinaria da nona legislatura, pelo exm. presidente da mesma provincia, o conselheiro José Bento da Cunha e Figueiredo em 26 de abril de 1852.* Maceió, Typ. Constitucional, 1852, p. 7.

³¹ *Falla dirigida á Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas, na abertura da primeira sessão ordinaria da nona legislatura, pelo exm. presidente da mesma provincia, o conselheiro José Bento da Cunha e Figueiredo em 26 de abril de 1852.* Maceió, Typ. Constitucional, 1852, p. 7.

³² Durante a pesquisa, não foi possível encontrar maiores informações biográficas sobre Antonio Mendes da Rocha Maia. Fica aqui um desafio para pesquisas futuras.

³³ AN. *Correspondência do presidente de Alagoas ao Ministério do Império.* 17/01/1852. II 360.

³⁴ *Falla dirigida á Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas, na abertura da primeira sessão ordinaria da nona legislatura, pelo exm. presidente da mesma provincia, o conselheiro José Bento da Cunha e Figueiredo em 26 de abril de 1852.* Maceió, Typ. Constitucional, 1852, p. 8.

³⁵ *Falla dirigida á Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas, na abertura da primeira sessão ordinaria da nona legislatura, pelo exm. presidente da mesma provincia, o conselheiro José Bento da Cunha e Figueiredo em 26 de abril de 1852.* Maceió, Typ. Constitucional, 1852, p. 8.

Porém, em 6 de fevereiro de 1852, o engenho São João foi atacado e seu proprietário quase foi assassinado, nesta ocasião, os “sediciosos” se emboscaram “nas casinhas para esperar a força legal, a quem receberam com uma descarga, foram por ela rechaçados, e desalojados instantaneamente”³⁶. Antonio Mendes fugiu “com dois ou três dos seus sequazes” (*seguidores*), em direção a região de Urucu. Entretanto, foi preso pelo capitão de Índios Antonio de Souza Salazar, quando tentava o convencer, pela segunda vez, a aderir ao movimento. Tal prisão foi combinada com o Delegado de Porto de Pedras Bernardo Antonio de Mendonça.

A fala de José Bento da Cunha e Figueiredo dirigida a assembleia legislativa da Província de Alagoas é um bom exemplo de como as autoridades se portavam diante de movimentos que abalavam a hegemonia senhorial, buscando sempre solucioná-los, seja através de negociações ou de violência extrema. Além disto, as retóricas destes indivíduos se preocupavam em descaracterizar e subjugar os “sediciosos”, sobre os “marimbondos”, o ministro Visconde de Mont’Alegre disse que a população envolvida possuía “hábitos e vida excêntrica” (Chalhoub, 2012: 17). Renata Saavedra, analisando como era vinculada as notícias e informações sobre os motins contrários a “lei do cativo” em Pernambuco, pontuou que o episódio aparece na maioria das falas oficiais “como algo sem valor, tendo seu impacto reduzido e amenizado. Paradoxalmente, o mesmo discurso que irracionaliza esses homens é o que repete que ‘a província goza de paz’” (Saavedra, 2015). Eusébio de Queiroz e alguns de seus pares, através de falas e discursos, objetivaram desdenhar a importância que os “marimbondos” atingiram, e procuraram atribuir a causa do episódio como coisas de “gente do mato”, insinuando que tal população não tinha pensamento próprio, e eram facilmente manipuláveis pelos opositores do governo, “acusação usual dos conservadores ou saquaremas aos liberais” (Chalhoub, 2012: 16).

Em Alagoas, as falas dos presidentes da Província, sobremaneira entre as décadas de 1830 e 1850, sempre tocam no assunto da tranquilidade pública, sendo recorrente palavras como as que proferiu José Bento da Cunha e Figueiredo, em 1853, ao vice-presidente da Província Manoel Sobral Pinto: “A tranquilidade pública não será

³⁶ *Falla dirigida á Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas, na abertura da primeira sessão ordinaria da nona legislatura, pelo exm. presidente da mesma provincia, o conselheiro José Bento da Cunha e Figueiredo em 26 de abril de 1852.* Maceió, Typ. Constitucional, 1852, p. 8.

jamais perturbada em uma Província tão briosa e tão ordeira como Alagoas”³⁷. Tal retórica está dentro de uma estratégia política de negação das potencialidades dos escravizados, libertos e homens livres pobres perante suas iniciativas de desestabilizarem a instituição escravista e o poder hegemônico em vigor. Além de servir como uma espécie de “prestação de contas” pelos “bons serviços prestados” ao Estado Imperial. Sobre a região de fronteira entre Alagoas e Pernambuco, as autoridades tinham que conviver com a realidade de que, apesar de todos os esforços de tentativas de controlar as “gentes das matas”, ali continuava sendo um foco de resistência, um problema nunca resolvido pelo estado brasileiro.

O *Diário de Pernambuco*, publicou notícias visando apaziguar os ocorridos e passar a ideia de tranquilidade e controle. Em 10 de janeiro de 1852, dedicou algumas linhas para informar que: “Pessoas chegadas das Alagoas referem que aquela província ficara em paz, é, portanto, falso o boato que se espalhou aqui de se achar ela em desordem”³⁸. Para Saavedra, o “abafamento” da revolta tem um sentido prático: a falta de recursos para enfrentá-la” (Saavedra, 2015), haja vista que as frágeis condições do aparato policial das províncias se constituíam como brechas para a atuação dos revoltosos. Tal conjuntura, explicaria a política de conciliação adotada pelas autoridades no gerenciamento da “Guerra aos Marimbondos”. Na esteira dos acontecimentos da revolta contra o *Registro de Nascimentos e Óbitos*, também surgiram “protestos contra o recrutamento, contra a ingerência do poder público em geral, contra o pagamento de impostos e tributos, etc.” (Palacios e Olivares, 2006). Tudo isso causou sérias preocupações as autoridades.

Em virtude do caos instalado, o governo imperial recuou e suspendeu o decreto em 29 de janeiro de 1852 (Chalhoub, 2012: 15). Para Maria Luiza Ferreira de Oliveira, com o recuo do governo, os ânimos foram se acalmando e a revolta foi chegando ao fim. E a esta tática de recuar, deve-se pontuar algumas questões. (A). As autoridades se mostravam temerosas devido à dificuldade de aparelhamento militar (falta de armamento, munições e pessoal) (Palacios e Olivares, 2006), além disto, como (B) muitos livres estavam sendo forçados a integrar a Guarda Nacional, a mesma se mostrou favo-

³⁷ Relatório com que o Exm. Conselheiro Dr. José Bento da Cunha Figueiredo entregou a administração da província das Alagoas ao Exm. Vice-presidente da mesma província. Pernambuco: Typographia de M. F de Faria, 1853, p. 03.

³⁸ *Diário de Pernambuco*, 10/01/1852.

rável aos revoltosos. Soma-se a esta situação, (C) o fato de que muitos dos contingentes das tropas provinciais ainda estarem marcando território nas regiões cabanas e praias, sendo assim, temiam que os revoltosos se espalhassem ainda mais e causassem mais distúrbios. Não havia, deste modo, tropa de linha suficiente para enviar a todas as localidades, muito menos “mantê-las por algum período na vigilância” (Palacios e Olivares, 2006). A autora ainda problematizou se (D) para as elites escravocratas valeria a pena mobilizar tropas militares para fazer a contagem da população do país, tendo em vista que isto acabaria expondo escravizados ilegais e suas possíveis clientelas que poderiam ser recrutadas, ocasionando, assim, a dissolução de currais eleitorais fictícios.

A luta contra a “lei do cativo” não foi uma revolta contra o fim da escravidão, como chegou a pontuar Guillermo Palacios (Palacios e Olivares, 2006), mas contra a ameaça de escravização ou reescravização de uma camada da população que se encontrava livre ou liberta. O que estava em jogo era o medo, um medo coletivo de “perder a condição de liberdade, lembrando que no Império do Brasil, a liberdade não era algo dado, constitutivo, para aqueles homens ela era condicional” (Oliveira, 2006). Viviam, assim, uma instabilidade social e cidadã. Constituído por camponeses, homens livres e libertos, esse movimento, mesmo sendo repreendido por forças opositoras, foi vitorioso, pois conseguiu o seu objetivo: adiar o decreto do censo geral do império, que só seria posto em vigor em 1872 (Bezerra e Lucena, 2012). Forçaram, desta maneira, o impávido Império a capitular e suspender a aplicação do *Registro de Nascimentos* e *Óbitos* por mais de quarenta anos, além de deter por mais duas décadas as tentativas do Estado de os contar.

Referências Bibliográficas

- BEZERRA, Henrique Rodrigues; LUCENA, Raquel Gomes de. 2012. Guerra dos marimbondos: Revoltas populares. In: *Anais do VI Colóquio de História da UNICAP*. Recife - PE, p. 95-102.
- CHALHOUB, Sidney. 2012. *A força da escravidão: ilegalidade e costumes no Brasil oitocentista*. São Paulo - SP: Companhia das Letras, 340 páginas.
- GRINBERG, Keyla. 2006. Re-escravização, Direitos e justiça no Brasil do século XIX. In: LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (orgs.). *Direitos e Justiça no Bra-*

sil. Campinas - SP: Ed. Unicamp, 2006, p. 101-128.

MAIA, Clarissa Nunes. 2008. *Sambas, batuques, vozerias e farsas públicas: o controle social de escravos em Pernambuco no século XIX (1850-1888)*. São Paulo - SP: Annablume, 142 páginas.

MARQUES, Danilo Luiz. 2016. *Sobreviver e resistir: os caminhos para liberdade de escravizadas e africanas livres em Maceió (1849-1888)*. Blumenau-SC: Nova Letra, 168 páginas.

MATTOS, Hebe Maria. 2006. Identidade camponesa, racialização e cidadania no Brasil monárquico: o caso da 'Guerra dos Marimbondos' em Pernambuco a partir da leitura de Guillermo Palacios. *Almanack Braziliense*, São Paulo - SP, N°03, maio de 2006, p. 40-46.

NORTHUP, Solomon. 2013. *12 anos de escravidão*. São Paulo - SP: Seoman, 232 páginas.

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. 2011. As colônias militares na consolidação do Estado Nacional, 1850-1870. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011.

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. 2006. Sobreviver à pressão escapando ao controle: embates em torno da “lei do cativo” (a Guerra dos Marimbondos em Pernambuco, 1851-1852). *Almanack Braziliense*, São Paulo - SP, N° 03, maio de 2006, p. 47-55.

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. 2010. Respostas do estado à revolta contra a lei do registro civil ou a “lei do cativo”, 1851-1852. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib; COSTA, Wilma Peres (orgs.). *Soberania e conflito: configurações do estado nacional no Brasil do século XIX*. São Paulo - SP: Hucitec, 2010, p. 363-388.

PALACIOS E OLIVARES, Guillermo Jesus. 1996. Imaginário social e formação do mercado de trabalho: o caso do Nordeste açucareiro do Brasil no século XIX. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, N° 31, 1996, p. 123-139.

PARRON, Tâmis Peixoto. 2009. *A Política da Escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. São Paulo-SP. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo - SP, 288 páginas.

SAAVEDRA, Renata Franco. 2009. Marimbondos: política e estado no Brasil do século XIX. In: *Anais do XXV Simpósio Nacional de História da ANPUH*, 2009.

SAAVEDRA, Renata. 2015. Recenseamento e conflito no Brasil imperial: o caso da guerra dos marimbondos. *Clio – revista de pesquisa histórica*. Recife – PE, nº 33.1, p. 90-113.

SILVA, Marcio Antônio Both da. 2015. Lei de Terras de 1850: lições sobre os efeitos e os resultados de não se condenar “uma quinta parte da atual população agrícola”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 2015.

Artigo recebido em 04 de maio de 2017 e aprovado em 28 de junho de 2017.